



Trabalhando em defesa do Servidor

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS
DA DIRETORIA EXECUTIVA
E DIRETORIAS REGIONAIS

EXERCÍCIO
2017

Documento a ser analisado na Assembleia
Geral de 15 de dezembro de 2018

PALAVRA DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como função fiscalizar a gestão financeira e emitir parecer referente às contas do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE-TO). Conforme o Estatuto do SISEPE-TO, artigo 35, o Conselho Fiscal tem que se reunir, de forma ordinária, bimestralmente, independente de convocação, obedecendo ao calendário anual elabora-

do por este na primeira reunião ordinária do ano, e extraordinariamente a qualquer tempo, para examinar livros, registros e documentos de receitas e despesas da entidade. Após análise, o Conselho Fiscal emitirá parecer a respeito.

Ressaltamos que o principal objetivo do trabalho do Conselho Fiscal é zelar pela boa gestão das finanças e do patrimônio da

entidade, como também, da transparência das receitas e despesas SISEPE-TO. Estamos sempre à disposição do sindicalizado que tenha interesse em acompanhar o nosso trabalho, verificando a movimentação financeira do sindicato e solicitando esclarecimentos sobre os atos de gestão através do e-mail conselhofiscal@sisepe-to.org.br.

PAULÊNIO AZEVEDO FILHO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Presidente

EDIR PEREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Fiscal Efetivo - Relator

LUIS SÉRGIO SIMÃO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Licenciado

VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES

Conselheiro Fiscal Suplente - Revisor

SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA

Conselheiro Fiscal Suplente

ENTENDA A PRESTAÇÃO DE CONTAS

O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

Trata-se de uma demonstração contábil dos saldos das contas do Sindicato em 31/12/2017. Por isso é uma demonstração estática daquele momento, como se fosse um retrato. Comparando ao nosso dia-a-dia é como se fossem aqueles extratos bancários que o banco fornece aos seus clientes, com os saldos findos em 31 de dezembro de cada ano.

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO?

É uma demonstração contábil que tem a finalidade de confrontar as receitas e despesas realizadas durante o exercício de 2016. Apura um déficit, quando a diferença entre receita e

despesa é negativa, ou superávit quando a diferença entre uma despesa e uma receita é positiva.

O QUE É DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

É uma demonstração importante por ter o poder de apresentar se o sindicato está com capacidade de gerar caixa (reserva de dinheiro) e de qual fluxo o caixa está sendo gerado.

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL?

As demonstrações das mutações do patrimônio social têm por finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio social da empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO		
	ATIVO CIRCULANTE	1.082.178,96
	CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA	677.241,35
	CAIXA	60,43
	BANCOS CONTA MOVIMENTO	34,92
	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	676.446,00
	TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	700,00
	CRÉDITOS A RECEBER	394.035,06
	MENSALIDADE A RECEBER	394.035,06
	OUTROS CRÉDITOS	2.491,06
	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	1.847,24
	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS/DIRIGENTES	643,82
	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00
	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.411,49
	DESPESAS DE MESES SEGUINTE	8.411,49
	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	12.175.077,12
	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.661,75
	OUTROS CRÉDITOS	3.661,75
	DEPÓSITOS JUDICIAIS	3.661,75
	INVESTIMENTOS	2.290.824,15
	OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.689,51
	OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.289.134,64
	IMOBILIZADO	1.879.294,24
	BENS E DIREITOS EM USO	1.659.582,34
	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	883.734,36
	(-) DEPRECIações, AMORT. E EXAUS.	(664.022,46)
	ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	8.001.296,98
ATIVO TOTAL		13.257.256,08
PASSIVO		
	PASSIVO CIRCULANTE	178.652,39
	FORNECEDORES	28.785,51
	CARTÕES DE CRÉDITO/CONVÊNIO A PAGAR	1.994,96
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	69.198,17
	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	69.198,17
	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	79.452,97
	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	21.641,28
	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	13.000,87
	PROVISÕES	44.810,82
	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.215,74
	CONTAS A PAGAR	97,50
	SEGUROS	1.118,24
	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	56.447,16
	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	56.447,16
	PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	56.447,16
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.022.156,53
	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.860.217,54
	RESERVAS / AVALIAÇÃO E AJUSTE PATRIMONIAL	1.780.983,22
	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	380.955,77
PASSIVO TOTAL		13.257.256,08

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017			
RECEITAS OPERACIONAIS			
	MENSALIDADE	2.780.591,82	
	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.708.683,08	
	PORTAL DA QUALIFICAÇÃO	1.454,14	
	HOSPEDAGEM	2.401,05	<u>4.493.130,09</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
	(-) DEVOLUÇÕES	(123.294,86)	
	(-) RETENÇÕES CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	(687.277,31)	<u>(810.572,17)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			<u>3.682.557,92</u>
CUSTOS OPERACIONAIS			
	SEDE REGIONAL DE ARAGUAÍNA	(307.178,62)	
	SEDE REGIONAL DE GURUPI	(258.410,64)	
	SEDE REGIONAL DE PORTO NACIONAL	(244.150,88)	
	SEDE REGIONAL DE TAGATINGA	(263.301,75)	
	SEDE REGIONAL DE PALMAS	(169.858,13)	
	FUNDO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	(24.000,00)	
	FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA	(206.219,89)	<u>(1.473.119,91)</u>
SUPERÁVIT (DEFÍCIT) BRUTO			<u>2.209.438,01</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
	DESPESAS COM PESSOAL	(339.579,57)	
	ENCARGOS TRABALHISTAS - ADM	(131.321,40)	
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(12.312,54)	
	UNIDADE ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS	(1.207.528,76)	
	DESPESAS FINANCEIRAS	(8.188,23)	
	CONSELHO FISCAL	(70.517,04)	<u>(1.769.447,54)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
	REVERSÃO DE PROVISÃO	3.683,96	<u>3.683,96</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			<u>443.674,43</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	50,51	
	JUROS POUPANÇA	98,05	
	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	23.984,21	
	VARIAÇÕES MONETÁRIAS	108,66	24.241,43
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
	PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	(622,50)	
	REVERSÃO DE ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	(175.650,20)	
	GANHO COM AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	37.663,35	
	SUPERÁVIT NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	22.000,00	
	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS TRABALHISTAS	15.461,88	
	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS GERAIS	187,38	
	IMUNIDADE FISCAL OBTIDA	(138.384,47)	
	IMUNIDADE FISCAL	138.384,47	
	ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	13.000,00	
	REVERSÃO DE PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	1.000,00	(86.960,09)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			380.955,77

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores Recebidos de Mensalidade	3.026.532,33
Valores Recebidos de Contribuição Compulsória	1.724.093,80
Valores retidos de Contribuição Compulsória	(687.456,79)
Valores Recebidos Portal de Qualificação	1.454,14
Valores Recebidos de Hospedagem	2.401,05
Outras Receitas	3.613,46
Valores pagos na Unidade Administrativa	(2.224.077,60)
Valores pagos na Delegacia Regional de Palmas	(181.217,74)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaína	(313.285,84)
Valores pagos na Delegacia Regional de Gurupi	(266.284,45)
Valores pagos na Delegacia Regional de Porto Nacional	(248.449,60)
Valores pagos na Delegacia Regional de Taguatinga	(274.780,01)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	562.542,75
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	562.542,75
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	562.542,75
Compras de imobilizado - Araguaína	(810,11)
Compras de imobilizado - Palmas	(6.767,09)
Aquisição de ações/cotas	(133,66)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	42.484,21
Rendimento de Aplicação Financeira e Poupança	98,05
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	34.871,40
	597.414,15
	79.827,20
	677.241,35

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	RESERVAS			Total
	Patrimônio	Reavaliação	SUPERÁVIT	
Saldo em 31/12/2016	2.133.834,04	1.741.257,46	8.773.911,36	12.649.002,86
Aumento do Patrimônio Social	(108.250,38)	108.250,38		0,00
Resultado do Exercício	8.773.911,36		(8.392.955,59)	380.955,77
Incorporação de Reavaliação de Ativos	60.722,52	(68.524,62)		(7.802,10)
Saldo em 31/12/2017	10.860.217,54	1.780.983,22	380.955,77	13.022.156,53

Empresa: **SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS**
CNPJ: 26.752.436/0001-20

Folha: 0001
Número livro: 0001

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

PALMAS, 31/12/2017

À

SUPREMA CONTABILIDADE LTDA - ME
CRC n.º 004248/O

Endereço: Quadra 110 SUL AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, nº 18, PLANO DIRETOR SUL, CEP nº 77020-124
PALMAS, TO

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 26.752.436/0001-20, que as informações relativas ao período base 31/12/2017, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2017;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....
CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 530.094.361-49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis **Findo em 31 de dezembro de 2017.**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO -, fundado no dia 5 de dezembro de 1991, com sede em Palmas-TO, é uma entidade sindical, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da categoria profissional dos trabalhadores.

A Entidade tem por objetivos:

- I. Congregar e representar os sindicalizados na defesa de seus direitos e interesses, tanto profissionais como de natureza salarial, coletivos e individuais, em qualquer nível, podendo para tanto, intervir e praticar todos os atos na esfera administrativa, judicial ou extrajudicial;
- I. Pugnar pelo aperfeiçoamento profissional e promover a valorização das categorias representadas;
- II. Promover assistência jurídica aos sindicalizados;
- III. Promover parcerias e convênios com terceiros a fim de beneficiar os sindicalizados com descontos diferenciados;
- IV. Buscar a integração com as organizações de trabalhadores em geral, especialmente com as de servidores e empregados públicos federais, estaduais e municipais;
- V. Promover a divulgação de temas de interesse das categorias, participar de eventos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento das categorias representadas;
- VI. Estimular a organização e politização das categorias;
- VII. Acompanhar todos os procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais, pertinentes aos sindicalizados, zelando pela regularidade processual, na defesa de direitos compatíveis com o interesse geral das categorias;
- VIII. Firmar acordos, convenções com os poderes públicos e instaurar dissídios coletivos perante o judiciário, nos casos pertinentes;
- IX. Desenvolver políticas contra quaisquer prática de assédio moral, sexual, discriminação racial, religiosa e homofobia, em toda a extensão das categorias representadas pelo sindicato.

2. BASE DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, NBC ITG 2002, a qual trata em específico dos aspectos contábeis das entidades sem finalidade de lucro, bem como para a convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Observados os aspectos da ITG 1000, bem como os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações Técnicas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo CFC e ao Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais 1 - unidade de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, CPC PME, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), exceto quanto ao critério de avaliação pela totalidade dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas imobilizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras que estão registradas pelo seu valor justo. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas

informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas efetuadas pelo Sindicato se referem à constituição de provisões. O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. O ativo circulante está demonstrado em seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

	VALOR
Caixa	R\$ 60,43
Caixa Econômica Federal C/C	R\$ 33,92
Banco Sicredi C/C	R\$ 1,00
Banco do Brasil – Aplicação Financeira I	R\$ 17.627,25
Banco do Brasil – Aplicação Financeira II	R\$ 3.407,68
Banco Sicredi – Aplicação Financeira I	R\$ 516.204,53
Banco Sicredi – Aplicação Financeira II	R\$ 130.904,75
Caixa Econômica Federal	R\$ 8.301,79
Título de Aplicação Banco Sicredi	R\$ 700,00
TOTAL	R\$ 677.241,35

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

2.2 CRÉDITOS A RECEBER

A entidade controla as contas de clientes por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas agregadas de grupo tem a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

O saldo de Créditos a receber na data de 31/12/2017 é no valor de R\$394.035,06 referente aos repasses não realizados pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras Municipais.

2.3 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.4 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

A Administração efetuou análise estimativa dos grupos no valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, para identificar se o valor contábil do conjunto de bens das unidades geradoras de caixa – estabelecimentos assistenciais e produtivos – é inferior ao valor recuperável. Foram realizados os testes de Impairment nos bens do ativo imobilizado adequando-os à Recuperabilidade dos Benefícios Esperados.

2.5 AJUSTE AO VALOR PRESENTE

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo e títulos de capitalização, conforme o caso foram calculados com base nas taxas de

atualização e rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros - valores a receber, adiantamentos, outras contas a receber, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.6 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O reconhecimento de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado é feito com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

2.7. IMOBILIZADO

Os bens móveis e imóveis são avaliados, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção, deduzidas das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua vida útil econômica determinada pelo CPC 27, pelo método linear. A Entidade determinou os limites do Valor Residual de seus bens para fins de adequação ao Valor Recuperável de seus Ativos Patrimoniais.

A entidade não efetivou o processo total de avaliação patrimonial em 2017, por motivos operacionais dados os métodos, recursos empregados, e pelos numerosos itens do imobilizado. A Entidade dispõe de controle do imobilizado satisfazendo suas necessidades atuais com controles internos, gerenciais e contábeis. Há esforços em andamento para modernização do seu controle de imobilizado.

O Imobilizado está apresentado por seus valores originais corrigidos e Ajustados ao Valor Presente até o exercício findo de 2017, com indicação inclusive da Depreciação Acumulada, nas taxas anuais aplicadas conforme os grupos a seguir:

CONTAS	CUSTO TOTAL AJUSTADO	DEPREC. ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO	% VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL	% DEPREC. ANO
Aparelho telefônico	R\$4.709,88	-R\$2.048,40	R\$2.661,48	40%	R\$1.883,95	20%
Computadores e periféricos	R\$94.054,32	-R\$44.051,95	R\$50.002,37	40%	R\$37.621,73	10%
Edificações	R\$910.488,30	-R\$291.857,95	R\$618.630,35	45%	R\$409.719,74	4%
Impressoras e periféricos	R\$29.144,02	-R\$11.679,00	R\$17.465,02	40%	R\$11.657,61	10%
Máquinas e equipamentos	R\$110.856,06	R\$42.688,31	R\$68.167,75	50%	R\$55.428,03	10%
Móveis e utensílios	R\$193.726,62	R\$90.216,22	R\$103.510,40	50%	R\$96.863,31	10%
Veículos	R\$316.603,14	R\$181.450,63	R\$135.152,51	40%	R\$126.641,26	20%
TOTAL	R\$1.659.582,34	-R\$663.992,46	R\$995.589,88		R\$739.815,62	

2.8 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	VALOR
Linhas Telefônicas	R\$ 1.422,85
Cotas de Capital – Sicred	R\$ 266,66
Terrenos	R\$ 2.289.134,64
TOTAL	R\$ 2.290.824,15

2.9 PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.10 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A entidade controla as contas de fornecedores por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas são individualizadas e têm a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

2.11 PROVISÕES FÉRIAS, 13º SALÁRIO E ENCARGOS

A provisão de férias, 13º Salário, INSS patronal, FGTS e PIS, foram geradas dentro do limite aquisitivo do funcionário, com base em relatórios emitidos pelo sistema de pessoal.

2.12 PROVISÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DE CONTINGENCIAMENTOS, INCLUSIVE JUDICIAIS.

As provisões são reconhecidas quando o Sindicato tem uma obrigação ou direito presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma entrada ou saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos de contingentes judiciais são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa.

2.13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social esta entidade é constituído pelos valores originais de Superávit ou Déficit, apurados no final de cada exercício, além de contemplar os ajustes de exercícios anteriores, bem como os reflexos de ajuste de avaliação patrimonial de imóvel.

3. COBERTURA DE SEGUROS

O SISEPE adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

4. IMUNIDADE FISCAL

O SISEPE, conforme definido em seu estatuto social atende os requisitos da legislação para fruição da imunidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Em relação a contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), ao Sindicato está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%, conforme disposto no inciso IV do artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-85 de 24 de Agosto de 2001.

Quanto as contribuições previdenciárias, notadamente ao INSS e ao SAT, a Entidade não usufruiu de qualquer tipo de isenção no decorrer do ano de 2017.

Para fins de comparação entre o Sindicato e uma empresa tributada com base no lucro real, devido ao resultado positivo no ano calendário. Estima-se abaixo as imunidades e isenções, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal em função da Entidade, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

IRPJ	R\$ 75.072,95
CSLL	R\$ 45.043,77
PIS S/FATURAMENTO	R\$ 3.253,16
COFINS	R\$ 15.014,59
TOTAL	R\$ 138.384,47

5. FATOS REVELANTES

Com a aprovação da reforma trabalhista em novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria.

Outro ponto, o Parecer Técnico do Conselho Fiscal, emitido em outubro de 2018, conta com a análise de novos membros, que assumiram a gestão em 1º de junho de 2018, diferente dos integrantes que assinam a prestação de contas, datada de dezembro do ano anterior.

Palmas, 31 de Dezembro de 2017.

CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 530.094.361-49

MARIANA LOPES COSTA
CPF: 019.370.691-17
CRC – TO 4814/O CONTADORA

IVAN JUNIOR PEREIRA DA SILVA
DIRETOR ADM E FINANCEIRO
CPF: 841.698.691-68

MÁRCIA MARIA ALVES VIANA
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 912.580.901-63

DOMINGOS DE SOUZA SANTOS
VICE - PRESIDENTE DO CONSELHO
CPF: 948.193.601-59

GUILHERME SIÉ DA SILVA
PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL
CPF: 628.718.201-63

CLEIDSON PEREIRA LIMA
SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL
CPF: 769.281.361-20

CLEUTO GONÇALVES LINO
TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL
CPF: 434.988.761-04



PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2017

Os membros do Conselho Fiscal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, 35, 36 do Estatuto do SISEPE-TO, por convocação de seu Presidente, reuniram-se no dia 30 de novembro de 2018, na sede do Sindicato, para analisar e emitir parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2017;

Considerando que o art. 79, do Estatuto do SISEPE-TO determina que na Assembleia Geral Ordinária do mês de dezembro será apresentado o balanço anual com as demonstrações financeiras e demais documentos do exercício financeiro do ano anterior e Parecer Técnico do Conselho Fiscal.

Considerando que a Diretoria Executiva cumpriu os prazos previstos no art. 78 e § 1º do art. 79 do Estatuto do SISEPE-TO;

Considerando que ao analisar mensalmente as demonstrações financeiras do exercício de 2017, o Conselho Fiscal, juntamente com a Contabilidade deste Sindicato, constatou a legalidade sobre todas as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras e patrimoniais;

Considerando que ao analisar o balanço anual do exercício de 2017 e demonstrações financeiras, conforme determina o §2 do art. Do Estatuto do Sindicato;

Considerando ainda que ao longo do ano de 2017, verificou-se que todas as demonstrações financeiras e patrimoniais se mostraram adequadas às práticas contábeis adotadas pela legislação vigente, pela determinação e artigo 551, § 8º da CLT, bem como atestamos a correta aplicação dos recursos em todos os meses do ano de 2017.

Considerando que foram cumpridos os prazos previstos no Estatuto no SISEPE-TO, em relação às prestações de contas dos meses de:

Janeiro – SEM RESSALVAS; Fevereiro – SEM RESSALVAS; Março – SEM RESSALVAS; Abril – SEM RESSALVAS; Maio – SEM RESSALVAS; Junho – SEM RESSALVAS; Julho – SEM RESSALVAS; Agosto – SEM RESSALVAS; Setembro – SEM RESSALVAS; Outubro – SEM RESSALVAS; Novembro – SEM RESSALVAS e Dezembro – SEM RESSALVAS.

Considerando que esta prestação de contas ainda encontrava-se em curso do Conselho anterior, foi realizada a votação nominal pelos conselheiros fiscais presentes e atuais. O Presidente do Conselho Fiscal, **Paulênio Azevedo Filho**, **declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2017**. O Vice-Presidente e Relator do Conselho Fiscal, **Edir Pereira dos Santos**, **declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2017**. O Segundo Conselheiro Fiscal, **Vagner Castro Andrade Linhares**, **declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação**



de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2017. O Terceiro Conselheiro Fiscal, **Sebastião Carlos Pereira da Silva**, **declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2017.**

Desse modo, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação deste Parecer Técnico, pela Assembleia Geral Ordinária, das demonstrações financeiras e patrimoniais do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, relativas ao exercício de 2017 sem ressalvas.


É o parecer.

Submete-se, à apreciação e votação deste Parecer Técnico do Conselho Fiscal, pela Assembleia Geral Ordinária.


Palmas -TO, sexta-feira, 30 de novembro de 2018.




Paulênio Azevedo filho
Presidente / Conselho Fiscal
SISEPE-TO



Vagner Castro Andrade Linhares
2º Conselheiro / Conselho Fiscal
SISEPE-TO



Edir Pereira dos Santos
Vice-Presidente / Relator / Conselho
Fiscal
SISEPE-TO



Sebastião Carlos Pereira da Silva
3º Conselheiro / Conselho Fiscal
SISEPE-TO

Consultoria Especializada Auditoria Contábil Externa - Independente

Opinião do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Resumo aos usuários do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS (SISEPE-TO)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **SISEPE-TO** que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2017** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SISEPE-TO** em **31 de dezembro de 2017**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **SISEPE-TO** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota **5. FATOS REVELANTES**. Com a aprovação da reforma trabalhista em novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Entidade de manter a sua continuidade nos mesmos moldes operacionais atuais. Na nota ainda menciona os esforços da Entidade em se adequar de forma operacional. Podemos ressaltar que por meio de decisões estratégicas dos membros da Diretoria no contexto operacional é possível que a Entidade prossiga suas atividades de forma satisfatória mesmo com cortes de receitas relevantes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Consultoria Especializada
Auditoria Contábil Externa - Independente

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Palmas-TO, 23 de agosto de 2018.



CLAUDINIR DE GOES JUNIOR
AUDITOR CONTÁBIL
CRC TO 003314/0/8

GESTÃO DO QUADRIÊNIO 2018-2022

CLEITON LIMA PINHEIRO

Presidente

MILTON GOMES DA ROCHA

Vice-presidente

MARINHO CARDOSO VALENÇA

Secretário Geral

ROGÉRIO RODRIGUES RANGEL

Suplente de Secretário Geral

ANTÔNIO CARLOS CHAVES DA ROCHA

Diretor Financeiro

WHEBSTOH BARROS DE CARVALHO

Suplente de Diretor Financeiro

EDVAN BARREIRA GOMES

Diretor Administrativo

MANOEL MESSIAS VIANA DA CONCEIÇÃO

Suplente de Diretor Administrativo

CLAYRTON CLEIBER DA SILVA CARNEIRO XAVIER

Diretor de Assuntos Jurídicos

MANOEL RODRIGUES CUNHA JÚNIOR

Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos

ANA MARIA CORTES FRANCO

Diretora de Comunicação e Relações Públicas

UZIEL SOUSA CALDAS

Suplente de Diretor de Comunicação e Relações Públicas

JESSÉ MENEZES BARROS

Diretor de Assuntos Municipais

WILSON DIAS DOS SANTOS

Suplente de Diretor de Assuntos Municipais

LUIZ CARLOS BENEDITO

Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional

JAIRO COSTA RIBEIRO

Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional

ANTÔNIO SALES COUTINHO

Diretor de Assuntos Parlamentares

DJALMA RODRIGUES PEREIRA

Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares

JOSÉ TORRES DA COSTA

Diretor de Aposentados e Pensionistas

VENI RIBEIRO SOUSA

Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas

RORILÂNDIO NUNES DOS SANTOS

Diretor de Assuntos Regionais da Região Central

JOSÉ DA COSTA ALVES

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Central

ALISSON ALMEIDA ROLIM

Diretor de Assuntos Regionais da Região Centro Sul

JOSÉ MARIA DE ARAÚJO FILHO

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Centro Sul

JOÃO GUALBERTO LOPES LIMA

Diretor de Assuntos Regionais da Região Sul

BENEVALDO SIEL DOS SANTOS

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Sul

ROMILSON FERREIRA COSTA

Diretor de Assuntos Regionais da Região Sudeste

LUCIANA CARDOSO MONTEIRO DE CERQUEIRA

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Sudeste

OSAMAR MARTINS FERNANDES

Diretor de Assuntos Regionais da Região Norte

ANA CÉLIA SILVA

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Norte

VANÚSIA MACHADO DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretora de Assuntos Regionais da Região do Bico do Papagaio

EDILSON NASCIMENTO DA SILVA

Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região do Bico do Papagaio

DIRETORIA DE BASE

JUSLEY CAETANO DA SILVA

Diretor de Base no Naturatins

PAULO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA

Diretor de Base da Saúde

ZANONY ARAÚJO DE SOUZA

Diretor de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça

JOSÉ VALTO ALVES DOS SANTOS

Vice-diretor de Base da Saúde

VANUZA SANTOS NERES ROCHA

Vice-diretor de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça

VALÉRIA PEREIRA MOTA

Diretora de Base de Tecnologia de Informação

CONSELHO FISCAL

PAULÊNIO AZEVEDO FILHO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Presidente

EDIR PEREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Fiscal Efetivo – Relator

LUIS SÉRGIO SIMÃO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Licenciado

VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES

Conselheiro Fiscal Suplente - Revisor

SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA

Conselheiro Fiscal Suplente